



Anais da Assembléia

N.º 111

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 102.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1984. (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Antônio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spaga, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, ouvido o Plenário da Casa, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 98/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, que assegura aos Aposentados nos Regimes das Leis n.ºs 7074 e 7122/79, que tiverem incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n.º 6794, de 08.06.76, os direitos a este benefício, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

o apensamento do Projeto de Lei n.º 173/84, de autoria do signatário, ao Projeto de Lei n.º 254/84, que se encontra em discussão, bem como desistência do mesmo, em razão de haver oferecido Emenda Substitutiva em conjunto com a Liderança do PMDB tratando sobre a reformulação das taxas do DETRAN.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoioamento: NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, vêm, pelo presente, expor e, ao final, REQUERER o que se segue:

1) — Motivado por debates em Plenário, o Deputado Erondy Silvério apresentou requerimento em 1.º de setembro de 1983, solicitando a presença do Senhor Ivo Arzua Pereira em Plenário, para depor a respeito dos Assuntos abordados no discurso do Deputado Edmar Luiz Costa, proferido em 29 de agosto de 1983. O requerimento foi aprovado em sessão Plenária de 14 de setembro daquele ano, porém, por falta de oportunidade, tal convite não foi efetivado naquela época; somente agora, transcorrido mais de um ano, foi designada a data de 31 de outubro para a presença do convidado.

2) — Entretanto, atendendo denúncia da Liderança do PDS, a CPI que apura as irregularidades administrativas, promoveu diligências a respeito, já tendo concluído seus trabalhos sobre o IPE, objeto do discurso do Deputado Edmar Luiz Costa, que ensejou o requerimento do convite.

3) — Isto posto, torna-se desnecessário o cumprimento do requerimento, por ter perdido seu objeto, e mesmo que houvesse, seria no Plenário da CPI, nunca no Plenário da Assembléia.

Por outro lado, não sendo este o entendimento de Vossa Excelência, requer-se que tal decisão seja levada a Plenário, decidindo este, democraticamente, a matéria.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI, ROBERTO REQUIÃO, PAULO FURIATTI, SABINO CAMPOS, TADEU LÚCIO MACHADO, ANTÔNIO ANNIBELLI, ARTAGÃO MATTOS LEÃO, AMÉLIA HRUSCHKA, NESTOR BAPTISTA, MÁRCIO ALMEIDA, MÁRIO PEREIRA, HERMAS BRANDÃO, DIRCEU MANFRINATO, ORLANDO PESSUTI, EDMAR LUIZ COSTA, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ANIBAL KHURY, IRONDI PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, HOMERO OGUIDO, FERRARI JÚNIOR, ADHAIL SPRENGER PASSOS, EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de um voto de congratulações, pela passagem do 30.º aniversário da Companhia Paranaense de Energia — COPEL, a transcorrer no dia 26 de outubro de 1984.

Requer, ainda, que o presente se dê ciência ao Dr. ARY VELOSO QUEIROZ, M.D. Presidente da COPEL —

Rua Coronel Dulcídio n.º 800 - 9.º Andar - 80.000

Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão realizada na tarde de hoje, votos de congratulações à Televisão Paranaense Canal 12, em razão da comemoração do seu 24.º aniversário de fundação, que ocorrerá no próximo dia 29 na Municipalidade de Curitiba, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente daquela emissora.

Há 24 anos atrás, a capital paranaense inaugurava

uma nova e importante era das comunicações, ao ser fundada a Televisão Paranaense Canal 12, que começaria a gerar imagens a diversas regiões deste progressista território. Marcava-se então primeiramente o dinamismo e o alto espírito público dos idealizadores ligados diretamente e indiretamente ao meio empresarial e da área do jornalismo.

Durante todos estes anos de existência, a TV Paranaense sempre teve postura voltada fundamentalmente para os reais interesses de nossa gente; notadamente através de campanhas desencadeadas que sempre objetivaram, por exemplo, o fortalecimento de nossa economia (principalmente na destinação de recursos oriundos da esfera federal para o desenvolvimento de um modelo geral), a defesa intransigente de uma maior influência deste Estado nas grandes decisões nacionais, especialmente no que diz respeito a reflexos a nível paranaense.

Trata-se pois, ao registrar nos Anais deste Poder Legislativo, a passagem de mais um aniversário de fundação do Canal 12, que aliás é orgulho dos paranaenses, quero também ressaltar que o respeito máximo alcançado ao longo de sua existência, reflete na verdade a dedicação dos seus diretores, dos jornalistas, repórteres e funcionários de modo em geral.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente: O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhada a moção de solidariedade, conforme texto em anexo, ao Deputado Federal Alceni Guerra, pela corajosa denúncia divulgada na imprensa, de que o candidato Paulo Maluf tentou conseguir seu voto no Colégio Eleitoral através de métodos escusos e espúrios como o oferecimento de dinheiro, veículos e material para a campanha eleitoral.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO DEPUTADO ALCENI GUERRA

Não bastasse todo o arsenal de casuísmos e violências que o governo federal e o seu candidato Paulo Maluf vêm utilizando na Campanha sucessória à Presidência da República, como a recente imposição do voto secreto para a escolha dos delegados das Assembléias

Legislativa, ao Colégio Eleitoral, agora observamos, com uma evidência muito maior, um violento e ultrajante processo de corrupção política por parte do candidato pedessista.

Não é de hoje que se avolumam as denúncias e as comprovações, que por sinal continuam impunes, de corrupção, irregularidades administrativas e utilização indevida dos bens e recursos públicos que envolvem o nome do Sr. Paulo Salim Maluf. As doações de carros, através da Prefeitura Paulistana, aos jogadores da seleção brasileira de futebol de 1970; as famosas distribuições de flores, medalhas, os constantes banquetes e as viagens faraônicas ao exterior, quando ocupava a Chefia do Executivo paulista; a farta distribuição de ambulâncias, pagas pelos cofres públicos, a diversos municípios brasileiros, com finalidades meramente eleitoral; os gastos exorbitantes da desastrosa PAULIPETRO; o escândalo da empresa Lutfalla; as irregularidades praticadas na Imprensa Oficial de São Paulo, já apuradas pela Assembléia Legislativa daquele estado, são fatos que estão presentes na memória de todos os brasileiros.

E agora o povo brasileiro assiste estarecido e escandalizado, às indecorosas tentativas de compra de votos dos delegados ao Colégio Eleitoral.

A Nação e seus representantes não podem se omitir diante de tanta sujeira e falta de dignidade por parte do candidato Paulo Maluf, com o evidente acobertamento do Governo federal. Por este motivo nós solidarizamos ao Deputado paranaense Alceni Guerra pela corajosa denúncia da tentativa de corrupção que lhe foi feita pessoalmente pelo Deputado Paulo Maluf, que por não possuir o apoio dos brasileiros e nem mesmo por parte considerável de seu partido, utiliza os expedientes espúrios da compra de voto através de favorecimento político, doações de carros e papel para a próxima campanha eleitoral e até mesmo o pagamento, em dólares, de verdadeiras fortunas.

072322

REQUERIMENTO

Senhor Presidente: O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após

ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento à solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, através da Secretaria de Estado da Agricultura, mediante a realização de estudo a ser desenvolvido, a criação e instalação de um escritório no Distrito Administrativo de Farol, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

O presente Requerimento se faz necessário tendo em vista os reclamos realizados pela classe dos produtores daquele Distrito. Pois nos dias de hoje, os mesmos vêm insistindo que naquela localidade seja oferecido para o setor rural uma assistência mais alta de suas potencialidades só possível através da criação e instalação de um escritório dessa Emater.

Ademais o processo desenvolvimentista verificado em Farol, tem cada vez ampliado, notadamente em sua base de sustentação socio-econômica, que é agricultura e pecuária, merecendo grande destaque na região de Campo Mourão.

Espera-se dessa EMATER e Secretaria de Estado da Agricultura uma avaliação que possa resultar na implantação do mencionado escritório naquela localidade, como forma de assegurar uma assistência mais permanente

Curitiba, quinta, em 25/10/84

e eficaz ao conjunto da classe produtora, o que, conseqüentemente, elevará ainda mais as condições de produção e de produtividade.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei :

PROJETO DE LEI Nº 282/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — O Poder Executivo determinará que o piso salarial para o funcionalismo público estadual, da Administração Direta e Indireta, de regime estatutário e contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não poderá ser inferior a dois (2) salários mínimos regionais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei corrigir uma distorção que vem gradativamente se agravando, seja em decorrência dos índices inflacionários, seja em razão do tratamento desigual que vem sendo imprimido aos funcionários celetistas em relação aos funcionários estatutários.

A situação de calamidade em que se encontram os servidores celetistas do Paraná, motivou o presente anteprojeto de lei, estabelecendo um piso salarial mínimo, a fim de que tais distorções sejam, ao menos em parte atenuadas. Tal piso, estabelecendo em dois salários mínimos vem de encontro às aspirações da classe, combatendo o achatamento salarial a que os referidos funcionários estavam sujeitos, sendo válido para os celetistas da administração direta e indireta.

PROJETO DE LEI Nº 283/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIPE" — Associação Civil dos Servidores Públicos e Empresas Estatais, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade aqui proposta tem personalidade jurídica sem fins lucrativos, com os objetivos dar assistência a toda classe de servidores públicos, quer seja: federais, estaduais e municipais, como também suas autarquias, prestando assistências financeiras, funeral, de natalidade e todas as de natureza que venham a beneficiar seus associados.

A documentação anexa, cumpre os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, que regula a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Não havendo oradores inscritos para o Pequeno nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Havendo declinado, passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoio.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — Da Proposição n.º 119/84, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 118/84), que dá nova redação ao artigo 59 da Constituição do Estado, na forma que especifica, (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 240/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 192/84) PROPOSTA DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ESTADO, para o triênio 1985 à 1987. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, por unanimidade. **Aprovado.**

MENSAGEM Nº 192/84

Curitiba, 14 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação dessa nobre Assembléia Legislativa o anteprojeto de lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1985 a 1987.

A programação de investimentos de cada órgão governamental, especificada no presente anteprojeto de lei, foi elaborada em consonância com as diretrizes contidas no Plano de Ação do Governo, de modo a assegurar a destinação prioritária de recursos a programas que concorram para a expansão das oportunidades de emprego, melhoria das condições de vida, maior eficácia na prestação de serviços à coletividade e para a retomada do crescimento da economia estadual.

O valor global da programação de todas as despesas de capital da administração estadual, direta e indireta, a preços de 1985, para o triênio, está estimado em Cr\$ 20,3 trilhões, sendo:

I — Recursos do Tesouro Cr\$ 4.193.880.141.000

II — Recursos de Outras Fontes Cr\$ 16.151.400.349.000

Nos anexos integrantes do anteprojeto de lei estão detalhados os programas de ação, segundo cada Órgão em termos de Funções, Programas, Subprogramas, Projetos e Atividades, os quais procuram dar continuidade às especificações listadas por setor, em nossa Mensagem n.º 105, de 14 de setembro de 1983 e em estrita observância às disposições e normas legais que regem a formulação dos Orçamentos Plurianuais de investimentos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estas são as considerações que julguei necessárias e oportunas para a análise judiciosa e ao alto pronunciamento dessa egrégia Assembléia Legislativa sobre o anteprojeto de Orçamento Plurianual de Investimentos para o período de 1985 a 1987.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PARECER

PARECER:

Através da Mensagem nº 192, de 12 de setembro de 1984, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apresenta para apreciação desta Casa de Leis o anteprojeto de Lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1985 a 1987.

Tal mensagem deu origem ao Projeto de Lei nº 240/84, o qual vem atender às disposições da Constituição Estadual no § 2º, o artigo 32, do Ato Complementar nº 43/69, no artigo 5º, bem como as determinações da Lei nº 5.982/69.

A primordial função do Orçamento Plurianual de Investimentos é o atendimento das determinações do Mandamento Constitucional do Estado do seu artigo 22º que assevera:

"Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos ou sem prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução".

Para o próximo triênio, a preços de 1985, pretende o governo investir mais de 20,3 trilhões de cruzeiros, alocando para cada exercício, respectivamente, 6,6 trilhões de cruzeiros para 1985, 6,8 para 1986 e 6,9 para 1986.

Os números são surpreendentes, pois analisando comparativamente veremos que as programações para o próximo triênio cresceram em mais de 14,5 trilhões de cruzeiros em relação ao proposto para o exercício de 1984 a 1987, ou seja, 250,0%.

Só o previsto para 1985, em Despesas de Capital, 6,6 trilhões de cruzeiros superam em 800 bilhões de cruzeiros ao consignado na programação anterior, para todo o triênio.

Analisando as prioridades governamentais nos deparamos que as três funções mais aquinhoadas são:

Indústria, Comércio e Serviços com 12,5 trilhões de cruzeiros ou seja 61,58% do total;

Energia e Recursos Minerais com 2,4 trilhões de cruzeiros, representando 11,82% do total; e,

Transportes com 1,6 trilhões de cruzeiros, com um percentual de 7,88% do global.

O projeto no qual foram alocados mais recursos foi o "Incremento creditício ao Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária - BANESTADO com 3,4 trilhões de cruzeiros, vinculado à Secretaria de Estado das Finanças, o que vem consignar a preocupação governamental com o prosseguimento do desenvolvimento neste Brasil de recessões.

Tal atitude, confirmada pelos números, pressupõe a tentativa governamental de sanar, ou pelo menos, minimizar os efeitos da "questão social" advinda do desemprego e subemprego.

Ressaltamos que, do total a ser investido, nos próximos anos, somente 4,2 trilhões de cruzeiros, o governo programa fazer através de operações de crédito, ficando com o encargo de atender os investimentos de 16,1 trilhões de cruzeiros, com recursos próprios e em decorrência de convênios.

O montante a ser gasto com as Despesas de Capital no próximo triênio, pela Administração estadual, se ajusta dentro dos objetivos traçados pelo Plano de Governo, no que concerne ao combate das causas dos problemas sociais. A tarefa a que se propõe o

atual governo do Estado encontra inúmeros óbices, por estar inserido num País que não tem um planejamento voltado para erradicação dos problemas sociais, mas ao contrário, sem objetivos claros, tendendo a aprofundar as questões sociais.

Não foram apresentadas emendas ao presente Projeto de Lei, contudo mesmo que seja aprovado, fica o mesmo adstrito às alterações que se fizerem presente por ocasião da deliberação do Projeto de Lei Orçamentária nº 252/84, ora em tramitação nesta Casa, no que concerne as Despesas de Capital para o exercício de 1985.

Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Leis.

Sala das Sessões, em de outubro de 1984.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 175/84, que aprova nos termos do Art. 5º da Lei nº 7.772, de 13/12/83, as contas das Fundações Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, conforme específica, oriundos de orçamento próprio, para o Exercício de 1984. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 175/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados nos termos do Art. 5º, da Lei nº 7.772, de 13 de dezembro de 1983, as contas das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgão de Regime Especial, abaixo discriminados, oriundas de orçamento próprio, para o exercício de 1984.

Decreto nº	Nome
2424	Junta Comercial do Paraná.
2418	Faculdade de Educação Musical do Paraná.
2434	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM - PR.
2432	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.
2431	Departamento de Estradas de Rodagem - DER.
2430	Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR.
2429	Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA.
2423	Departamento de Trânsito - DETRAN.
2399	Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE.
2419	Colégio Estadual do Paraná.
2404	Biblioteca Pública do Paraná.
2402	Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem - DAMI.
2401	Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO.
2400	Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.
2395	Coordenação da Receita do Estado.
2393	Coordenação da Região Metropolitana.

	de Curitiba - COMEC.
2392	Departamento Estadual de Estatística - DEE
2433	Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR
2428	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR
2427	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANÁ EMATER/PARANÁ.
2403	Empresa Paranaense de Turismo PARANATUR
2398	Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR.
2394	Loteria do Estado do Paraná.
2426	Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR
2425	Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná FITC
2420	Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FISCMR.
2421	Instituto de Assistência ao Menor IAM.
2422	Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR.
2407	Fundação Universidade Estadual de Londrina.
2408	Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.
2409	Fundação Universidade Estadual de Maringá.
2410	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.
2411	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.
2412	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.
2413	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.
2414	Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.
2415	Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.
2416	Fundação Estadual de Educação Física de Jacarezinho.
2417	Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro.
2406	Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.
2405	Fundação Teatro Guaíra.
2397	Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR
2396	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.
2391	Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR.
2390	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES -

- Fundação Edison Vieira.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas as disposições
em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) ROBERTO REQUIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROPOSIÇÃO Nº 157/84

PARECER

Em obediência ao disposto no Art. 5º
da Lei nº 7772, de 13 de dezembro de 1983, o Excelentíssimo
Senhor Governador do Estado encaminha a esta
Assembléia Legislativa, para que sejam referendados,
os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas,
Autarquias e Órgãos de Regime Especial, devidamente
aprovados pelo Executivo através de Decretos que
especifica em relação anexa.

Do exame da documentação que acompanha
a presente proposição, nos parece extemporâneo
o encaminhamento dos orçamentos acima referidos
nesta quadra do ano, quando a maior parcela dos
mesmos já foi realizada, deixando ao Legislativo,
apenas, o fato consumado.

Não se justifica a possível alegação de ser
este o primeiro ano em que a prática é adotada e nem
que achava-se pendente a apreciação do veto aposto
peio Excelentíssimo Senhor Governador, pois, os Decretos
respectivos, datados de dezembro de 1983, deveriam
ter sido de imediato submetidos à apreciação do legislativo
na forma da Lei.

Deve-se salientar, ainda, que se cabe a Assembléia
se pronunciar sobre os orçamentos das entidades da
administração indireta, não é menos verdadeiro que
devesse se pronunciar sobre alterações havidas a posteriori
como se verifica de diversos Decretos retificadas,
em anexo.

Nestas condições, relevando-se a contragosto
as incorreções na forma de se submeter ao Legislativo
os planos orçamentários em questão, nos atemos ao
exame do mérito da documentação submetida, constatando
que atende quanto ao seu conteúdo, aos interesses
do Estado. Opinamos no sentido de que sejam os orçamentos
anexos aprovados por esta Casa, na forma da minuta
de projeto de Resolução que anexamos.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1984

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

ROBERTO REQUIÃO

Relator

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 50/83, de
autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que autoriza
o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré
o imóvel de propriedade do Estado que especifica.
Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C.
e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 156/84, de
autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara
de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VENDELINO
DA PAROQUIA DO ESPÍRITO SANTO", com sede
e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER
FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 161/84, de

autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ E CARIDADE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 165/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 136/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Mandaguari, data de terras n.º 20 da quadra n.º 5, havida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 7.238, do Livro 3-B, de Transcrições do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **COM EMENDA DE PLENÁRIO.**

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, nos seguintes termos:

**EMENDA AO PROJETO
DE LEI N.º 165/84**

Acrescente-se ao referido Projeto:

Art. 1.º -

Art. 2.º -

Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo não veda ao Município a possibilidade de eventual permuta da data de terras em referência, por outro imóvel de igual valor, desde que atendidas as condições de utilização ora estabelecidas.

Art. 3.º -

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 166/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 131/84), que objetiva dar nova redação ao Art. 2.º da Lei n.º 7.169, de 18/06/79, a fim de que o Conselho Estadual do Esporte volte à sua antiga denominação de "Conselho Regional de Desportos". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 167/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 132/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Porto Vitória, um terreno com área de 2.700,50 m2, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 8.911, do Livro 3 - 1, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de União da Vitória, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 263/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 205/84), que altera o Orçamento atual do DER, no valor de Cr\$ 30.473.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial servirá para dar suporte a despesas com obras de construção e manutenção da malha viária do Estado, pagamento de dívidas e para outras despesas de custeio administrativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA - Em votação.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Podimos para encaminhar a votação desta matéria apenas para registrar de que a bancada de meu partido vota favoravelmente e vinha tentando, segurar, para maiores esclarecimentos a respeito de aonde iria se gastar este crédito aberto à Secretaria dos Transportes, porém votamos favoravelmente em 3ª Discussão, concordando e esperando de que esses recursos destinados sejam verdadeiramente aplicados de forma com que este Poder tenha ciência e conforme matéria anteriormente aprovada por esta Casa, tenha ciência aonde essas despesas são feitas em benefício do nosso Estado.

Era apenas para fazer este registro e o nosso voto é favorável a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Em votação, **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 138/84, (Mensagem n.º 92/84 - ex-Proposição n.º 109/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25/05/79 e Termos Aditivos com datas que especifica, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, através da Delegacia Federal da Agricultura no Paraná, objetivando, execução pela CLASPAR, dos serviços que especifica, para fins de Comercialização. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 139/84, (Mensagem n.º 115/84 - ex-Proposição n.º 126/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 14/09/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Figueira, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 140/84, (Mensagem n.º 76/83 - ex-Proposição n.º 77/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação e Compromisso celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Quitandinha, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 141/84, (Mensagem n.º 130/84 - ex-Proposição n.º 136/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da "FAMEPAR" e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 142/84, (Mensagem n.º 152/84 - ex-Proposição n.º 155/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que

aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento em 29/06/84 e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 169/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 139/84), que objetiva alterar dispositivos das Leis n.ºs 5.940, de 08/05/69 e 5.944, de 21/05/69, nas partes em que versam sobre concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 171/84, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE KALORÉ", com sede e foro no Município de Kaloré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 186/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE", com sede e foro no Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 187/84, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 191/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO SANTO AGOSTINHO - Ensino de 1.º e 2.º Graus", com sede e foro no Município de Palotina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 194/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 153/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, imóvel situado à Praça da República, havido pelo Estado conforme parte da transcrição, n.º 899/506, às Fls. 147, do Livro n.º 3 - H, de Transcrição das Transmissões, seq. do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 195/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA - AMOSE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 246/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor "HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 254/84, de

autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova redação ao Artigo 25 da Lei n.º 7.811, de 29/12/83, conforme especifica. (Taxas de Serviços do Detran). **SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publicado no D.A. 97, de 2/10/84).**

Em discussão.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Para encaminhar. Apenas para informar, Senhor Presidente, que a Bancada do PMDB está aprovando em 1ª Discussão este projeto, mas vai, para a 2ª Discussão estudar a possibilidade de um Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está em votação. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, com apoio do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando apensamento do Projeto de Lei n.º 173/84, de autoria do signatário, ao Projeto de Lei n.º 254/84, que se encontra em discussão, bem como desistência do mesmo, em razão de haver oferecido Emenda Substitutiva em conjunto com a Liderança do PMDB, tratando sobre a reformulação das taxas do DETRAN. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Lessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário da COPEL. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção de solidariedade ao Senhor Deputado Federal Alcení Guerra, pela denúncia de que o candidato Paulo Maluf tentou conseguir seu voto no Colégio Eleitoral através de métodos escusos e espúrios como o oferecimento de dinheiro, veículos e material para a campanha eleitoral. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Edmar Luiz Costa, Anibal Khury, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a presença do Senhor Ivo Arzua Pereira em Plenário, para depôr a respeito dos assuntos abordados no discurso do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de fundação da Televisão Paranaense Canal 12. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da EMATER, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório no Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, para que o mesmo determine junto à Secretaria do Planejamento, o encaminhamento de cópias dos documentos denominados "Cadastros Financeiros" de todos os Projetos e Atividades de cada um dos órgãos da administração direta e indireta, referente ao exercício de 1985. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 98/84, que assegura aos aposentados nos regimes das Leis n.ºs 7074 e 7122/79, que tiverem incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n.º 6794 de 08.06.76, os direitos a este benefício, na forma que especifica. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Extraordinária para logo após, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a Sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 24.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1984

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Antônio Belinati.

Às quatorze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 126/84, (Mensagem n.º 107/84), que objetiva dar nova redação ao Art. 1.º, da Lei n.º 5406, de 05/10/66, conforme especifica. (Autoriza o Poder Executivo a fazer doações que especifica aos municípios e entidades assistenciais, desde que considerados pelos órgãos competentes, inservíveis ao serviço público estadual. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 189/84, que institui o dia 05 de novembro de cada ano, como sendo o Dia do Escrivão da Polícia do Estado do Paraná, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 196/84, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO LONDRINENSE DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS, com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 226/84, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO CULTURAL, CIENTÍFICA E EDUCACIONAL GUARDA-MIRIM DE TELÊMACO BORBA, com sede na cidade de Telêmaco Borba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 160/84, que dá nova redação ao Art. 73 da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73. (Lei Orgânica dos Municípios), conforme especifica (Subsídio do Prefeito). **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra Ordinária para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 119/84 (Emenda à Constituição).

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/84 (Orçamento Plurianual de Investimentos — 1985 a 1987).

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 175/84 (Orçamento das Empresas Estatais).

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 90, 111, 114, 118, 119, 131 e 263/84.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 169, 171, 186, 187, 191, 194, 195 e 246/84.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 254/84.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/84.

Levanta-se a Sessão.